

PAÍS DA UE · PAÍSES BÁLTICOS

Letônia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Letônia transpôs a NIS2 cedo e define com mais detalhe do que a maioria dos países da UE o que um contrato de TI precisa conter. Desde outubro de 2026 há também uma regra sobre onde os sistemas abrangidos podem ser hospedados.

IDIOMA OFICIAL letão	PORTOS Riga, Ventspils, Liepāja	NIS2 Nacionālās kiberdrošības likums, desde 01/09/2024	AUTORIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS Datu valsts inspekcija
IVA 21 % alíquota padrão			

A Letônia como mercado para a América do Sul

A Letônia é um mercado pequeno, mas um polo logístico. O porto livre de Riga, junto com Ventspils e Liepāja, liga o Mar Báltico ao interior. Para exportadores sul-americanos, os importadores letões interessam sobretudo como distribuidores para toda a região báltica: vinho de Mendoza, frutas do Chile ou café de Minas Gerais costumam ir para um atacadista que abastece Letônia, Lituânia e Estônia ao mesmo tempo.

Contêineres vindos da América do Sul em geral não chegam direto a Riga. Passam por um porto de transbordo na Europa Ocidental e seguem em navio alimentador. O desembaraço aduaneiro acontece onde a mercadoria entra na UE.

O que é igual em toda a UE e o que vale em nível nacional

Alfândega e legislação de produtos são uniformes na UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente, também para mercadorias com destino à Letônia. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Ficam a cargo do país o idioma das informações ao consumidor (letão), o IVA (alíquota padrão de 21 %) e as embalagens. Pela lei do imposto sobre recursos naturais (Dabas resursu nodokļa likums), a Letônia cobra um imposto sobre embalagens. Fica isento quem cumpre as metas de reciclagem e adere a um sistema de responsabilidade estendida do produtor ou opera um próprio. O contribuinte é

quem coloca a mercadoria embalada no mercado letão, normalmente o seu importador. Desde 12/08/2026 vale ainda o regulamento de embalagens da UE, (UE) 2025/40.

NIS2 na Letônia

A lei letã de transposição se chama Nacionālās kiberdrošības likums (Lei Nacional de Cibersegurança). Foi promulgada em 04/07/2024 e vale desde 01/09/2024; uma alteração entrou em vigor em 18/06/2026. Os detalhes estão no Regulamento do Gabinete nº 397, sobre requisitos mínimos de cibersegurança.

O órgão competente é o Centro Nacional de Cibersegurança (Nacionālais kiberdrošības centrs, NKDC), ligado ao Ministério da Defesa. Os incidentes são comunicados ao CERT.LV. Os prazos seguem a diretiva: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas, relatório final após um mês. Toda empresa abrangida precisa nomear um responsável pela cibersegurança (kiberdrošības pārvadnieks) e entregar periodicamente uma autoavaliação.

Para fornecedores, a Letônia é mais rigorosa do que a diretiva. O Regulamento nº 397 determina o que um contrato de terceirização deve conter: direitos de auditoria do cliente, inclusive sobre logs, comunicação de incidentes pelo prestador, regras para subcontratados e confidencialidade. Antes de fechar o contrato, são necessárias uma avaliação de risco e uma estratégia de saída, e o responsável pela cibersegurança do cliente precisa dar sua aprovação.

Desde 01/10/2026 vale o Regulamento do Gabinete nº 602: os sistemas de informação das empresas abrangidas, em princípio, só podem operar em data centers de países da OTAN, da UE, da EFTA ou dos quatro países parceiros da OTAN no Indo-Pacífico, e o tratamento dos dados também precisa acontecer ali. Um data center na América do Sul não se enquadra. Se você hospeda sistemas para um cliente letão, defina a localização antes de enviar a proposta.

Mais sobre a diretiva na página da [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Datu valsts inspekcija (Inspeção Estatal de Dados). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Letônia. Quem trata dados pessoais por conta de um cliente letão precisa de um contrato de tratamento de dados e, se os dados forem transferidos para um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais padrão. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países os dados podem ir sem cláusulas contratuais padrão. Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não têm decisão.

A Letônia não tem uma lei nacional de cadeia de suprimentos. Os deveres de diligência em direitos humanos e meio ambiente chegam até você pelos grandes compradores europeus e, no futuro, pela [CSDDD](#). Para madeira, café, soja e carne bovina vale o [EUDR](#).

O que os clientes letões costumam exigir

Em serviços de TI, os contratos refletem o Regulamento nº 397. Conte com cláusulas sobre direitos de auditoria, acesso a logs, comunicação de incidentes e subcontratados, e com perguntas sobre onde ficam os seus servidores. Na avaliação de risco, alguns clientes também querem ver quais dos seus sistemas estão acessíveis pela internet; um relatório do [veyrisk](#) mostra exatamente isso. Um certificado [ISO 27001](#) facilita a avaliação de risco, mas não substitui as cláusulas contratuais. Para organizar direitos de auditoria, comunicação de incidentes e avaliação de subcontratados como comprovações do seu ISMS, você pode usar uma plataforma GRC como o [Sightadel](#).

Varejistas de alimentos e atacadistas pedem as comprovações de sempre: uma norma reconhecida pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#), certificados de análise e rastreabilidade. Muitos compradores letões trabalham para redes varejistas da Escandinávia ou da Lituânia e adotam as regras de fornecedores delas.

Como proceder:

1. Pergunte ao seu cliente letão se ele está sujeito à lei de cibersegurança e em que classe de segurança seus sistemas se enquadram.
2. Verifique onde estão os seus servidores e, se for preciso, planeje uma localização na UE.
3. Prepare anexos contratuais sobre direitos de auditoria, logs e subcontratados, em vez de esperar a minuta do cliente.
4. Combine com o seu importador quem paga o imposto sobre recursos naturais incidente sobre as embalagens.

Contatos

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Valsts ieņēmumu dienests (VID)	administração tributária e aduaneira
Nacionālais kibernetiskās drošības centrs, CERT.LV	cibersegurança e incidentes
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Letônia, para exportadores chilenos
Enterprise Europe Network	busca de parceiros e orientação sobre o direito da UE

Não encontramos uma câmara de comércio bilateral entre a Letônia e algum país sul-americano. O primeiro contato é o setor comercial da embaixada do seu país responsável pela Letônia; muitas vezes ele atende vários países da região.

FAQ

Posso hospedar sistemas na América do Sul para um cliente letão?

Se o seu cliente estiver sujeito à lei de cibersegurança, em regra não. Desde 01/10/2026, o Regulamento do Gabinete nº 602 exige data centers em países da OTAN, da UE ou da EFTA ou em determinados países parceiros. Quem procura uma ferramenta de ISMS hospedada na UE: o [Sightadel](#) é desenvolvido e operado na Alemanha, e os dados ficam na UE.

O que precisa constar em um contrato de TI com um cliente letão?

Pelo Regulamento do Gabinete nº 397, entre outros pontos: direitos de auditoria, inclusive sobre logs, o seu dever de comunicar incidentes, regras para subcontratados e confidencialidade.

Qual é o IVA na Letônia?

A alíquota padrão é de 21 %.

Fontes · Atualizado em: 11 de outubro de 2026

Nacionālās kiberdrošības likums, likumi.lv: <https://likumi.lv/ta/id/353390-nacionalas-kiberdrosibas-likums>

MK noteikumi Nr. 397, Minimālās kiberdrošības prasības, likumi.lv: <https://likumi.lv/ta/id/361481-minimalas-kiberdrosibas-prasibas>

NKDC: Informācijas sistēmu izvietšanas un datu centru drošības prasības: <https://www.cyber.gov.lv/lv/zinas/speka-stajusas-jaunas-informacijas-sistemu-izvietosanas-un-datu-centru-drosibas-prasibas>

NKDC: Minimālās kiberdrošības prasības un NIS2: <https://www.cyber.gov.lv/lv/minimalas-kiberdrosibas-prasibas-un-nis2>

Datu valsts inspekcija: <https://www.dvi.gov.lv/>

Dabas resursu nodokļa likums, likumi.lv: <https://likumi.lv/ta/id/124707>

Comissão Europeia: decisões de adequação: https://commission.europa.eu/law/law-topic/data-protection/international-dimension-data-protection/adequacy-decisions_en

Comissão Europeia, Your Europe: taxas de IVA: https://europa.eu/youreurope/business/taxation/vat/vat-rules-rates/index_pt.htm

Freeport of Riga: <https://rop.lv/en>

Gobierno de Chile: Agregadurías en Suecia (ProChile): <https://www.chile.gob.cl/suecia/agregadurias-civiles>

Informações gerais, sem caráter de consultoria jurídica. Valem os textos oficiais.

COLOQUE EM PRÁTICA COM FERRAMENTAS FEITAS NA ALEMANHA

 Sightadel

O Sightadel conduz sua equipe por a NIS2: modelos, tarefas, evidências e preparação para auditoria em um só lugar. Desenvolvido e hospedado na Alemanha, com pacote de consultoria opcional.

[Conhecer o Sightadel →](#)

 veyrisk

O veyrisk mostra o que um atacante enxerga da sua empresa por fora: serviços abertos, certificados, vulnerabilidades conhecidas. Você pode apresentar o relatório a clientes europeus e auditores.

[Conhecer o veyrisk →](#)

 valar

Valar é um firewall de hardware com software da neonotu. Protege escritórios e unidades e gera os registros exigidos pela NIS2 e pela ISO 27001.

[Conhecer o Valar →](#)

Sightadel, veyrisk e Valar são produtos da neonotu GmbH, empresa que opera o MercoEU.

O que disso se aplica à sua empresa?

O Diagnóstico UE gratuito mostra isso por setor e país em 10 minutos.

<https://www.mercoeu.com/pt/diagnostico-ue>